Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

»ENTREVISTA / **LEANDRO GRASS**, CANDIDATO DO PT-PV-PCdoB AO GDF

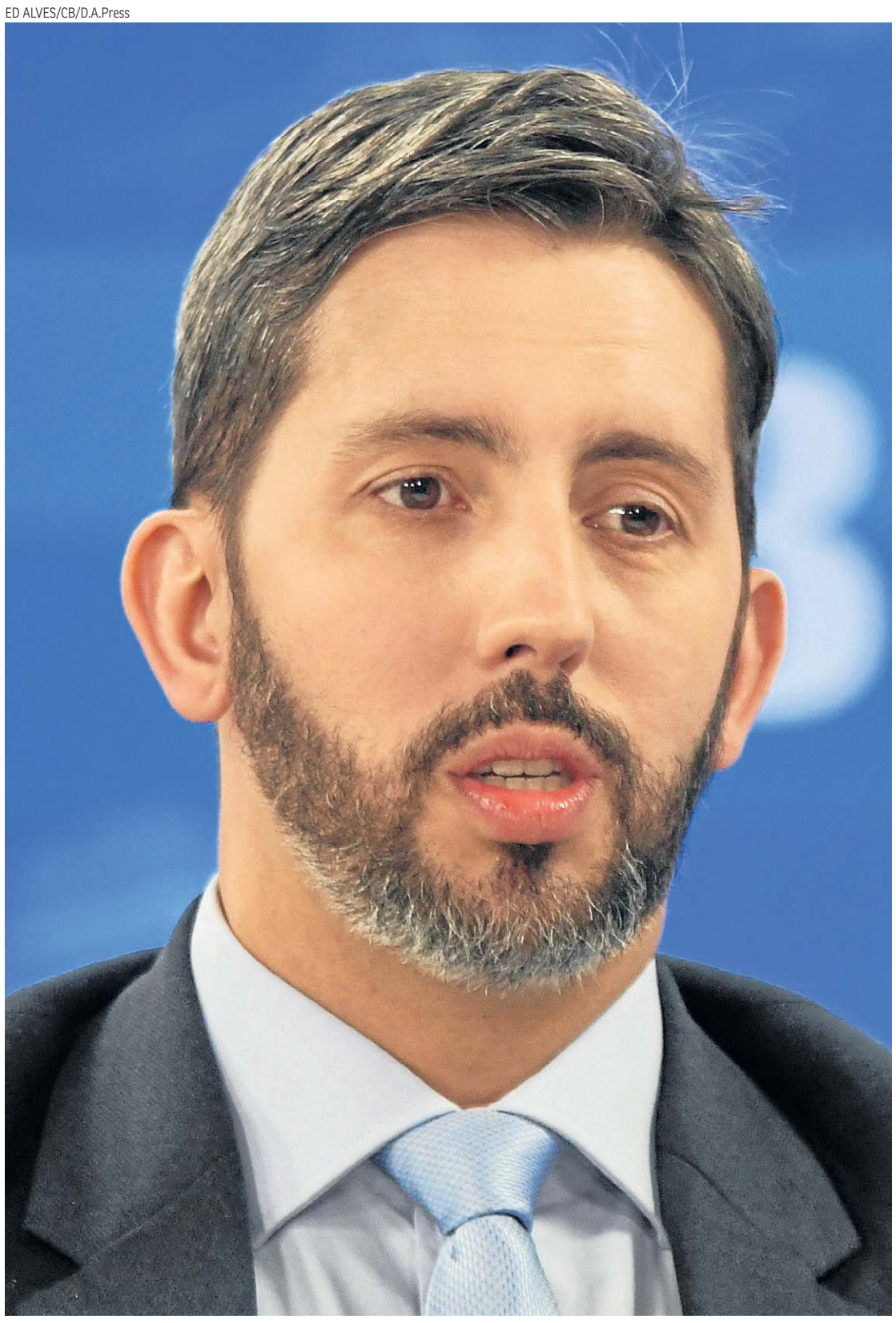
Na quarta entrevista da série com os postulantes ao Palácio do Buriti, o *CB.Poder* ouviu o deputado distrital. Ele afirmou que, se eleito, acabará com escolas militarizadas no DF, e que pretende unificar os programas de assistência social afim de evitar filas

"A melhor política social é o emprego"

» PABLO GIOVANNI*

O candidato ao Governo do Distrito Federal pela federação PT-PV-PCdoB Leandro Grass (PV) foi o quarto da série de entrevistas que o **Correio Braziliense** *fará com os postulantes ao Palácio do Buriti. Ao* CB.Poder *— parceria do* **Correio** *com a TV Brasília —, o deputado distrital esclareceu que pretende unificar programas de assistência social na capital federal, caso seja eleito. O educador ainda afirmou que acabará com as escolas de gestão compartilhada com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). "A violência não é um problema da escola exclusivamente. É um problema da sociedade. A violência não está dentro das escolas, e sim fora da escola, (a violência) está nas famílias, está nas ruas. O policial dentro da escola, que, às vezes, está disciplinando para ver se o aluno cortou o cabelo ou não, não foi preparado para isso. Ele passou no concurso público, fez o curso de formação policial para estar nas ruas", disse à jornalista Gláucia Guimarães.*

ED ALVES/CB/D.A.Press



Acha que o pleito sem Arruda e sem Reguffe muda o cenário das eleições?

Muda o cenário. Porque são outros atores, outras lideranças, outros candidatos. Eu não vejo como positivo nem como negativo, apenas altera a estratégia, altera aquilo que a gente, inclusive, tem como propor. A gente pode também definir novos tipos de aliança, novos tipos de composição política com candidatos que agora estão. Todo o meu respeito aqui, meu carinho pelo senador Reguffe, que é um grande político da cidade e, infelizmente a candidatura dele não foi validada pelo União Brasil. E nós temos mantido, inclusive, um bom diálogo, assim como também outras lideranças que acabaram não se candidatando. Mas, a gente está firme na construção da nossa candidatura, apoiada, aqui em Brasília, pelo presidente Lula. A nossa candidatura também representa esse projeto, em contraponto a atual gestão do governo Ibaneis. Eu fui um deputado que fiscalizou intensamente esse governo, que visitou todos os hospitais. (Fui) mais de 300 escolas, fui aos Cras. Eu sei exatamente os problemas da cidade e o que nós propomos é a recuperação do Distrito Federal que, neste momento, vive a pior crise da história.

Você disse que visitou os locais, principalmente a questão da saúde. Sabemos que não é um problema de agora, mas por onde passa a solução da cidade?

A solução para a saúde é aquela que o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) determina. Hoje as pessoas (que moram) no Paranoá, Itapoã, Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, entre outras não têm saúde perto de casa. Ou seja, para qualquer tipo de consulta, qualquer tipo de exame tem que se deslocar para o hospital, para uma UPA, muitas vezes distantes. Esse modelo (de ter equipamentos públicos perto das residências) é o que resolve mais de 70% dos problemas de saúde da população. É o que a gente chama dentro do SUS de atenção básica, atenção primária, que é a saúde perto da casa das pessoas. Vamos priorizar a ampliação das unidades básicas de saúde, das equipes de saúde, visitando as pessoas, acolhendo essas pessoas, podendo prevenir as doenças, porque saúde não é só tratar doença, é prevenir. É qualidade de vida, é bem-estar. Inclusive, impede essa sobrecarga nos hospitais, que é o que a gente vê hoje. Claro que a gente tem que cuidar dos hospitais, reformá-los, principalmente, e criar novos hospitais onde for necessário, mas também centros de referência em saúde, policlínicas para essa chamada média complexidade. Mas, o foco nosso é o que o nosso programa de governo aponta é tentar chegar a 100% de cobertura dessa saúde perto de casa, que hoje está a 60%.

E se Jair Bolsonaro for reeleito, e você eleito aqui no Distrito Federal. Vai existir uma boa relação entre vocês dois?

Olha, nós vamos fazer tudo que for possível para que Bolsonaro não seja eleito, para que Lula ganhe essa eleição no primeiro turno. O papel de qualquer governador, de qualquer prefeito é ter uma boa relação com o Poder Executivo nacional e também com secretários e ministros. Infelizmente, o que Bolsonaro demonstrou é que ele não consegue ter esse tipo de respeito com os governadores. Ele até chegou a ofender alguns desses governadores, como fez com Flávio Dino (PSB) — governador do Maranhão. Então, ele não tem credibilidade, ele não tem capacidade para estar no cargo que ocupa. Agora, a tarefa de qualquer governador é estabelecer uma boa relação. Mas, eu confio que o presidente Lula vai ser eleito e a gente vai ter a melhor relação possível com o governo federal.

A gente viu, nos últimos meses, filas gigantescas nas portas dos Cras (Centro de Referência de Assistência Social), e vimos, recentemente, uma declaração do governador Ibaneis dizendo que quem reclama da fila do Cras, tem muito que agradecer. A gente precisa mesmo dessas filas todas? Onde estão os problemas dos Cras?

Eu estive no Cras de Planaltina, do Recanto, do Paranoá, da Estrutural. Na semana passada, por volta de 23h30, estive no Cras do Núcleo Bandeirante e tinham seis pessoas na fila, aguardando a senha do dia seguinte. Por que só seis pessoas? Porque só eram seis senhas por dia, a partir da sétima pessoa que chegasse ali, já não teria mais senha. Conversei com essas pessoas e nenhuma delas está grata por estar na fila, como disse o governador. Nenhuma está grata, pelo contrário, elas estão lá porque estão desempregadas, estão em situação de sofrimento, de fome e o benefício social não é um favor do governo, é um direito garantido pela Constituição. É o direito à assistência aos desamparados, que o Estado tem que amparar. As filas do Cras são consequência do que o governo do Distrito Federal, do governo Ibaneis, fez com a assistência social. Ele pegou a nosso programa de renda complementar e fatiou em vários programas, como o Prato Cheio e vale gás, por exemplo. Antes, a pessoa estava no Cadastro Único do Governo Federal. Ela estava registrada na assistência social e ela, por consequência, já tendo acesso ao Bolsa Família, tinha acesso ao benefício local. Com esse fatiamento que o Ibaneis fez, as pessoas têm que voltar ao Cras com mais frequência para se cadastrar naquele programa específico de seis em seis meses e, por isso, a fila aumentou. O que nós propomos é a unificação desses programas em um único programa, que é o programa de renda básica para complementar o programa nacional de forma que nenhum brasiliense ganhe menos R$ 600 por mês para sair dessa extrema pobreza, dessa condição de miséria extrema e poder progredir e avançar na vida, na sua dignidade.

R$ 600 não é muito pouco, candidato?

É a renda per capita que a gente entende para sair dessa linha que a gente considera a linha da extrema pobreza. É claro que essa pessoa vai continuar tendo acesso a outros benefícios e outras políticas públicas, que vão ser direcionadas a ela. Programas de capacitação e profissionalização, acesso à saúde, à educação, à renda básica, que é uma garantia de sair da extrema pobreza, da situação de extrema vulnerabilidade. É óbvio que é pouco. Mas, a gente quer que essa pessoa, em algum outro momento, passe a trabalhar. Passe a ter uma renda. Então, a assistência é um impulso inicial.

Como é que vai ser a sua política na área da geração de emprego e também no desenvolvimento econômico aqui no Distrito Federal?

A melhor política social que a gente pode fazer é o emprego, é a geração de renda, é o estímulo à inclusão produtiva e econômica das pessoas, que vai naturalmente produzindo outros tipos de benefícios. Como é que a gente estimula a economia? A gente estimula a economia fazendo incentivos para quem quer gerar emprego. São os empreendedores, sejam os próprios individuais, os MEI, sejam microempreendedores, sejam pequenos empreendedores que respondem a 70% dos empregos gerados no Brasil e no Distrito Federal. Como é que você estimula o micro e pequeno negócio? Primeiro, com microcrédito. Hoje, o microcrédito é raridade no Distrito Federal. São poucas as linhas de microcrédito para pequenos e microempreendedores. Na crise da pandemia, no auge da pandemia, eles ficaram isolados, ficaram sem qualquer tipo de apoio, e fecharam as portas. Microcrédito é a primeira. Segundo, a gente tem que melhorar o que chamamos de ambiente de negócios e ambiente regulatório. O DF caiu 59 posições nos últimos dois anos no ambiente de negócios. Isso significa: regras mais claras, menos burocracia. Significa que as normas vão ser definidas de uma maneira mais explícita para quem quer empreender. Hoje, quem quer abrir uma empresa, às vezes fechar para abrir outra, passa meses com dificuldades, só nessa burocracia dura do governo. E, por último, é importante também a gente falar de incentivos tributários, incentivos também para que as pessoas se instalem em determinadas áreas onde não há geração de emprego. É o que a gente chama de zoneamento da economia. Olha, tem um tipo de negócio que nessa região não existe. Então eu vou induzir aquele negócio a se instalar ali. Com isenção de IPTU por exemplo. Como foi feita em Belo Horizonte. Capacitar as pessoas, profissionalizar os cidadãos para que eles possam estar nesses negócios, que não são mais os tradicionais apenas. A gente está falando da nova economia, da economia criativa, economia verde, da economia, da inovação, da tecnologia. Aqui em Brasília a gente tem um ecossistema de start-up imenso. Estão querendo progredir e não há nenhum tipo de incentivo para essas pessoas. Portanto, dessa forma a gente avança na economia e claro, investir em logística, investir também na pequena micro indústria que é possível no Distrito Federal, na agricultura familiar, na pequena agroindústria para massificar essa geração de emprego.

> **Vamos priorizar a ampliação das unidades básicas de saúde, das equipes de saúde, visitando as pessoas, acolhendo essas pessoas, podendo prevenir as doenças, porque saúde não é só tratar doença, é prevenir"**

E as escolas militarizadas?

Estive lá no CED 1, na Estrutural, que é militarizada. Vi de perto essa relação dos policiais com os estudantes, com professores, e é sempre muito tensa e difícil. Sobre as escolas militarizadas, é muito importante tratar esse assunto com responsabilidade. Por que falo que não vão continuar? A violência não é um problema da escola exclusivamente. É um problema da sociedade. A violência não está dentro da escola, e sim fora da escola, está nas famílias, está nas ruas. Para que a gente consiga reduzir índices de violência, a gente tem que pensar nas causas dessas violências. Por exemplo, existe violência de aluno contra aluno? De aluno contra professor? É motivada não porque aquele estudante já participa de algum grupo violento fora da escola. Às vezes, é por uma questão comportamental — é um tipo de criança, adolescente que sofre violência na família. Às vezes é uma situação também de saúde mental, de ansiedade, ainda mais pelos dois anos de isolamento social, onde as crianças ficaram muito tempo sem conviver umas com as outras, e é o mesmo exemplo com adolescentes. Você também tem a violência que é provocada pelo tipo de relação que aquele jovem aquela criança ou adolescente estabelece com o crime organizado da porta pra fora da escola, com o tráfico, das gangues, e aí eles levam isso para a escola. Você resolve isso colocando a polícia dentro da escola? Não. O problema, na maioria das vezes, está fora (das escolas).

***Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira**